

**MENSAGEM/086**

Rio Grande, 16 de Abril de 2024

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 017 que **CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.**

Numa quadra da vida nacional em que todos os entes da Federação sofrem com a queda vertiginosa de arrecadação, muitos não concedendo aos seus servidores reajustes que cubram a defasagem inflacionária, e/ou parcelando este reajuste durante o ano e, ainda, atrasando o pagamento, os Poderes Executivo e Legislativo do Rio Grande mobilizaram todos os esforços possíveis sob o ponto de vista orçamentário e financeiro para que seus servidores tivessem reposição integral da inflação, de modo a não sofrer com a corrosão inflacionária, com pagamento em dia, isso, e o fato de termos conseguido manter o pagamento dentro do mês trabalhado, na atual conjuntura de crise fiscal do país é fato raro, quicá inédito, que só foi possível devido à comunhão de esforços ocorrida pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Destacamos que se chegou a esse índice de 3,71% devido ao cálculo do INPC integral do ano de 2023.

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. GIOVANI BASTOS MORALLES**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA CIDADE**

**PROJETO DE LEI Nº 017 DE 16 DE ABRIL DE 2024**

**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA  
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER  
EXECUTIVO E DO PODER  
LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica concedida, a título de revisão geral anual (art. 37, X, da Constituição Federal), o percentual de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento), sobre os vencimentos e as vantagens de caráter pessoal dos servidores públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município do Rio Grande.

**Parágrafo Único:** O valor acima mencionado será pago da seguinte forma:

**I** - o mês de janeiro será pago juntamente com o mês de maio;

**II** - o mês de fevereiro será pago juntamente com o mês de junho;

**III** - o mês de março será pago juntamente com o mês de julho;

**IV** - o mês de abril será pago juntamente com o mês de agosto.

**Art. 2º** O reajuste de que trata o art. 1º aplica-se:

**I** - aos vencimentos dos cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas da administração direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

**II** - aos servidores inativos e aos pensionistas que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República e da legislação vigente;

**III** - Aos servidores que se encontrem em gozo de licença de tratamento de saúde na data da vigência desta lei.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2024.

Rio Grande, 16 de Abril de 2024

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.:Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação